



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - SINDSEMP/MA.

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, no auditório da sede do SINDSEMP/MA, na Rua dos Abacateiros, nº 19, Jardim São Francisco, São Luís, Estado do Maranhão, o Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão - SINDSEMP/MA - reuniu-se em Assembleia Geral Ordinária, para tratar da seguinte pauta: 1. Informes gerais e das ações judiciais coletivas; 2. Discussão e aprovação da prestação de contas do Sindicato referentes ao ano de 2015; 3. Discussão e aprovação das ações semestrais de 2016; 4. Discussão e aprovação da previsão orçamentária para 2016; 5. Discussão e deliberação sobre posicionamento na eleição para o cargo de procurador geral de justiça em 2016; 6. Discussão e deliberação sobre a escolha dos representantes da categoria junto ao FORUMPMP, ANSEMP, CONSUP e outros organismos sindicais ou colegiados (Art. 3º, X, do Estatuto); 7. Discussão e deliberação sobre a criação de uma Federação Nacional dos Trabalhadores do Ministério Público; 8. Discussão e deliberação do calendário de eleição dos Representantes de Base, mandato 2016/2017; 9. Discussão e deliberação acerca do uso do recurso do Imposto Sindical (contribuição sindical obrigatória); 10. Outros Assuntos, tudo em conformidade com o Edital publicado no Jornal "O Debate do Maranhão", edição nº 10.295, do dia 17 de março de 2016. Nos termos determinados pelo Estatuto, Vânia Márcia de Sousa Leal Nunes, Presidente, deu início aos trabalhos às 16h00min, conferindo a lista de presença, em primeira chamada, onde constatou não haver a maioria absoluta dos sindicalizados. Após meia hora, procedeu a nova verificação de presenças, onde constavam trinta assinaturas, obtendo-se o quórum para instalação da Assembleia. Sequencialmente, solicitou-se ao plenário da Assembleia que escolhesse um sindicalizado para compor a mesa coordenadora dos trabalhos. De pronto foi indicado o sindicalizado Gabriel Victor Santos Leite, o qual passou a secretariar a reunião. Lida a ata da Assembleia do dia 30 de outubro de 2015, e informado ainda que consta a cópia respectiva no sítio do sindicato, não foi feita nenhuma impugnação ou pedido de alteração. Em seguida, passou-se à discussão dos pontos de pauta, iniciando-se pelos informes gerais e das ações judiciais coletivas. Para esse desiderato foi chamado o advogado representante do Escritório MNZ, o qual agradeceu à diretoria anterior, deu as boas vindas à diretoria empossada, ressaltando a combatividade que sempre presenciou neste sindicato. Sobre as ações

*[Handwritten signatures]*



ajuizadas informou que o processo relativo aos 21,7% obteve êxito em última instância, com trânsito em julgado ocorrido em fevereiro de 2016, relembrando que nossa situação é peculiar, eis que já estamos em sede de rescisória e que, ao baixar do STF, aguardará deliberação desta assembleia para prosseguir com a devida estratégia executória. Quanto ao FUNBEN, informou que estão sendo feitos os cálculos e que as execuções começarão em abril, além do que com o trânsito em julgado da ação restou garantida a continuidade de atendimento sem pagamento, exemplificando que em outros casos o juiz determinou que se fosse inserida uma mensagem no contracheque dos servidores. Sobre a ação conhecida como 12%, o advogado esclareceu que o TJMA entendeu que a categoria já havia sido contemplada com um reajuste de 5,9%, de modo que restou pacificada a tese dos 6,1%, estando em fase de recurso extraordinário por parte do Estado e recurso adesivo pelo SINDSEMP-MA. Outra demanda judicial tratada foi a do IRPF sobre 1/3 de férias, cuja liminar foi deferida em favor dos sindicalizados, porém encontra-se agravada por parte do Estado. O advogado explanou ainda sobre as execuções individuais da URV (11,98%), relembrando que o processo coletivo teve ágil tramitação (01 ano), e que os entraves nas execuções decorreram em sua maioria da atual crise no judiciário maranhense, sobretudo nas Varas da Fazenda Pública, a exemplo da falta de capa para autuar processos. Disse ainda que houve reestruturação no setor de cálculos do escritório, que já se encontra consolidada e que não procedem as informações dos serventuários das varas no sentido de que os processos não andam por negligência dos advogados. Disse, ao contrário, que as varas, sim, têm demorado no impulsionar de seus atos de ofício, por exemplo, levando em média 06 meses para publicar despachos e decisões. Sobre a prestação dos serviços advocatícios, reconheceu que havia uma falha no retorno aos questionamentos dos sindicalizados, mas que este *feedback* foi melhorado com o plantão judicial. Esclareceu que o valor fixo do contrato somente custeia o básico para a propositura das ações e execuções, como papel, impressão, transporte, cálculos (em média custam R\$ 40,00 por sindicalizado) etc., resultando daí a necessidade de remuneração por via dos honorários finais, pagos somente em caso de êxito nas execuções. O advogado reafirmou o compromisso de ajuizar ainda na primeira semana de abril as ações tratando da destinação de 50% dos cargos comissionados aos efetivos e do pagamento dos serviços eleitorais ou abstenção dos membros em repassar tais serviços sem a devida remuneração. Não havendo outros questionamentos sobre as demandas coletivas, o advogado agradeceu a atenção de todos e encerrou sua explanação. Suspensa a reunião por quinze minutos, quando do retorno, passou-se ao ponto de pauta seguinte, a saber, discussão e aprovação da prestação e contas do Sindicato de 2015. Assim, foi posto à deliberação da Assembleia o parecer do Conselho Fiscal - CF acerca das contas relativas ao exercício de





2015. O Conselheiro Fiscal Marcos Paulo aproveitou a oportunidade para apresentar o regimento do CF e em seguida procedeu à leitura do Relatório de Contas de 2015, cuja conclusão foi pela aprovação das contas com ressalvas, sendo seguido pelos demais Conselheiros Fiscais que votaram também pela regularidade das contas, apresentando ressalvas quanto a aspectos formais. Nesse ponto o sindicalizado Marcelo de Bacabal solicitou esclarecimentos sobre as ressalvas, ao que foi respondido com base no novo regimento do Conselho Fiscal, dando-se por satisfeito. O sindicalizado Paulo Arrais de Imperatriz encaminhou no sentido de, no futuro, ser disponibilizado o parecer completo aos sindicalizados antes da assembleia. Mesmo posicionamento apresentado por Valdeny Barros, isto é, que, do mesmo modo que a prestação de contas da diretoria foi disponibilizada a todos, inclusive de modo digital, no saite do sindicato, com mais de 30 dias antes da assembleia, o parecer do conselho fiscal deve ser divulgado antes da assembleia, permitindo o contraditório no debate. Valdeny lembrou ainda que, cumprindo o estatuto, foi disponibilizada toda a documentação física ao conselho fiscal nas datas dos dias 19 e 27 de fevereiro de 2016, porém, os conselheiros não apreciaram, preferindo apreciar posteriormente, sendo que o parecer final não foi do conhecimento da diretoria até a presente data. Gabriel Victor ressaltou que o papel do Conselho Fiscal também é de instruir e orientar a melhor prática de contabilização e transparência dos gastos. Neste momento o sindicalizado Gabriel de São Luís propôs a leitura das ressalvas e recomendações, mas a assembleia não acatou sua proposição. Não havendo mais nenhuma manifestação, seguiu-se a votação da assembleia que aprovou por unanimidade as contas do exercício 2015 nos moldes do parecer do Conselho Fiscal. Antes do próximo item da pauta, o sindicalizado Valdeny Barros de São Luís propôs a junção dos pontos 3 e 4, respectivamente, discussão e aprovação das ações semestrais de 2016 e discussão e aprovação da previsão orçamentária para 2016. Posta em votação, a proposição foi aprovada, e em seguida foi repassada aos presentes uma planilha demonstrativa do plano orçamentário 2016, a qual foi lida com destaques para o arrendamento parcial da sede social da ASFUPEMA, o Fórum MP e a destinação do imposto sindical. No ponto do arrendamento da sede social da ASFUPEMA, Valdeny apresenta a proposta, que consistiria em um contrato de gestão compartilhada entre as duas entidades, sem interferência na situação de propriedade da sede, que se manterá com a Associação, mas com investimentos de longo prazo a cargo do Sindsemp/ma, que exigirá, diante disso, cláusulas contratuais que garantam esse investimento, por isso, o uso por tempo indeterminado. O sindicalizado Edmar de São Luís defendeu a parceria havida entre o sindicato e a associação, destacando que não haverá custo para o sindicalizado. A sindicalizada Vânia de São Luís acrescentou a relevância financeira e estratégica do imóvel a



ser arrendado. Posta a matéria à discussão, o sindicalizado Paulo Arrais de Imperatriz solicitou a palavra e encaminhou no sentido de ser montada uma comissão para avaliação do arrendamento da sede da ASFUPEMA. Criticou a limitação de eventos para as regionais. Sugeriu que se passasse a considerar o número de sindicalizados nas regionais e que fosse feito um fundo de reserva para tais eventos. Concluiu destacando a necessidade de averiguação de uma eventual mensalidade duplicada para o sindicalizado que também é associado e que poderá haver questionamentos dos sindicalizados não presentes a esta AG. Com a palavra o sindicalizado Marcus Periks de Pedreiras destacou a necessidade de implementação de medidas de interiorização da ASFUPEMA. O sindicalizado Reginaldo de Pastos Bons pediu a palavra e afirmou que deveria ser solicitada a ajuda da AMPEM ao que foi respondido pelo presidente da ASFUPEMA presente que é uma possibilidade. A sindicalizada Sâmia Verry de Pinheiro defendeu a unidade ASFUPEMA / SINDSEMP-MA. O sindicalizado Valdeny Barros de São Luís reconheceu a baixa participação dos sindicalizados da capital nos eventos promovidos pelo SINDSEMP-MA e que os sindicalizados do interior são bem participativos. Disse Valdeny que a ASFUPEMA tem que ser vista como pertencente ao patrimônio de todos os servidores e não só dos associados e que no futuro a tendência é que os efetivos mantenham a ASFUPEMA. Concluiu dizendo da possibilidade de mecanismos de compensação para o sindicalizado que também for associado, asseverando que não haverá distinção de direitos entre sindicalizados e associados. Encerrada a discussão e posta a matéria em votação, foi aprovado por maioria o arrendamento, sendo que o Sindicato deve arcar, em 2016, com hum mil reais de mensalidade e mais trinta mil reais de aporte em obras, com adaptações da sede da ASFUPEMA, realizadas diretamente. Seguindo nas discussões das ações e do orçamento para 2016, o sindicalizado Paulo Arrais de Imperatriz propôs que a ajuda para realização de eventos nas regionais levasse em conta o número de sindicalizados. Abertas as discussões, o sindicalizado Valdeny Barros de São Luís emendou a proposta no sentido de serem estabelecidos tetos, sugerindo um total de R\$ 10.000,00 e um regional de R\$ 1.000,00, devendo ser solicitada a ajuda em até 30 dias antes do final do semestre, permitindo o remanejamento ou suplementação de recursos. Colocada em votação a proposta com sua emenda restou aprovada, em contraste, por maioria. Ainda no quesito orçamento e ações para 2016, foi apresentada pelo sindicalizado Valdeny Barros de São Luís a proposta de aglutinar a este tópico a discussão e deliberação acerca do uso do recurso do Imposto Sindical (contribuição sindical obrigatória) – item 09 da pauta – tendo sido a proposta de aglutinação acatada, o proponente encaminhou no sentido de o SINDSEMP-MA promover o ressarcimento/reparação dos grevistas de 2008 que tiveram seus pontos cortados. Após discussão, foi posta à votação com 14 votos favoráveis, 04 contra e 05 abstenções. Na

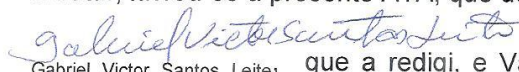




mesma senda o sindicalizado Sérgio de São Luís questionou o uso do fundo greve, propondo que ele seja usado somente para mobilização e custear, eventualmente, despesas individuais durante a greve, como alimentação de sindicalizados, ou compra de cestas básicas, mas sem reparação de perdas salariais de grevistas. Contraposta argumentação por Valdeny, defendeu o amplo uso do fundo de greve, consensuou-se proposta intermediária entre os contendores, na qual o fundo de greve terá uso amplo, inclusive o ressarcimento de cortes de pontos desde que seja em caso de procedência do pedido de ilegalidade da greve. Levada a discussão, sem inscritos, passou-se a votação, sendo aprovada a matéria, em contraste, por maioria. Prosseguindo, colocou-se em discussão a manutenção do convênio APCEF, esclarecendo-se que o SINDSEMP-MA subsidia apenas o custo do titular/sindicalizado, sendo de responsabilidade deste último o custeio de seus dependentes, e não havendo inscritos a matéria foi à votação sendo aprovada por maioria com 20 votos a favor, 01 contrário e 01 abstenção. Avançando, o sindicalizado Marcus Periks de Pedreiras lançou a proposta de aquisição de veículo automotor, justificando que facilitaria as atividades de aproximação com a base, através de "diligenciais sindicais" nas comarcas do interior, principalmente, visitando cada promotoria, verificando as necessidades e condições de trabalho nesses locais. Levada à discussão, os sindicalizados Paulo Arrais, Valdeny e Marcelo arguíram sobre os custos estimados para tal intento. Valdeny demonstrou que os gastos com combustível e taxi em 2015 foram um pouco mais de hum mil reais, sendo, no presente, onerosa a compra, mas podendo-se se pensar para o futuro. A seguir a questão foi votada, obtendo 0 (zero) voto a favor, 18 votos contrários e 04 abstenções. A seguir nova inversão de pauta fora colocada, desta feita para discutir e deliberar acerca do calendário de eleição dos Representantes de Base, mandato 2016/2017 (item 08), sendo acatada por maioria, foi posta em discussão a necessária eleição de representantes de base, durante o mês de abril de 2016, sendo encaminhada a elaboração de um calendário pela Diretoria do Sindicato e emendada pelo sindicalizado Marcelo que a escolha deve contemplar representantes e suplentes tendo em vista a realização de concursos de remoção. Sem mais inscritos a questão foi votada e aprovada, em contraste, por maioria. O próximo ponto de pauta tratado foi a discussão e deliberação sobre posicionamento na eleição para o cargo de procurador geral de justiça em 2016, sendo feitas as propostas de não tomar partido (Marcos Andre), defender que o executivo escolha o mais votado (Valdeny e outros) e realizar eleição paralela (Vania). Após discussões restou aprovado por unanimidade que o SINDSEMP-MA remeterá uma carta compromisso a todos os candidatos e oficiará, desde logo, ao chefe do executivo manifestação de defesa para nomeação do mais votado. A seguir foi novamente colocada uma proposta de discussão aglutinada sobre os itens 06 e 07 da pauta, sendo acatada por



unanimidade, passou-se a discutir e deliberar sobre a participação do SINDSEMP nas entidades, espaços institucionais e organizativos, como o FORUMPMP, ANSEMP, CONSUP e outros organismos sindicais ou colegiados (Art. 3º, X, do Estatuto), bem como discussão e deliberação sobre a criação de uma Federação Nacional dos Trabalhadores do Ministério Público. Inicialmente Valdeny relembrou que desde 30 de outubro de 2015, na última assembleia, que o Sindicato deliberou o apoio e construção do FORUMMP, assim como informa o papel do decisivo do Sindicato nas reuniões nacionais, Natal, Brasília, Recife e Fortaleza, que criaram tanto o FORUMMP, quanto à proposta da nova federação, quanto na reunião da ANSEMP. Disse que foi escolhido diretor da ANSEMP em Fortaleza e que isso foi fruto do trabalho do Sindsemp. Em seguida Vania passa a defender a adesão do Sindicato a ANSEMP, pela importância que a entidade tem para as ações judiciais junto ao STF e representatividade, bem como o apoio na criação da nova federação, que poderá se chamar FENAMP. Após discussões, ratificou-se a participação no FORUMMP, inclusive contribuindo financeiramente, conforme proposta orçamentária, e aprovou-se também a adesão à ANSEMP, com o apoio financeiro, este consistente na contribuição mensal de R\$200,00 (duzentos reais). Neste ponto, encerraram-se também os destaques da proposta de orçamento de 2016, sendo aprovada, que seguirá anexo a esta ata. No tocante a criação da FENAMP, após discutida a proposta, a assembleia aprovou por unanimidade o apoio deste sindicato para alcançar a fundação da nova federação. Prosseguindo-se, foi franqueada a palavra para tratar de outros assuntos, e, não havendo inscrições, restou concluída a ordem do dia, e a coordenadora dos trabalhos deu por encerrada a Assembleia e nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ATA, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim,



Gabriel Victor Santos Leite, que a redigi, e Vânia Márcia de Sousa Leal Nunes que presidiu os trabalhos.

São Luis, 02 de abril de 2016.

  
Vânia Márcia de Sousa Leal Nunes